

## **O Estado tem rosto de homem: violência de gênero no romance *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós**

Leandra Postay<sup>43</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho propõe uma articulação entre literatura e história para análise dos agentes de violência no romance *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, escrito e ambientado no Brasil ditatorial da década de 1970. Na obra, há a apresentação fragmentária de múltiplos núcleos de resistência ao governo autoritário instalado no Brasil, pela junta militar, em 1964. Um dos episódios centrais da narrativa é a perseguição, captura, tortura e morte, pelas mãos de agentes estatais, da personagem “ela”, militante que atuava no mesmo grupo clandestino que seu parceiro amoroso e de luta, denominado como “ele”, ora personagem, ora narrador-personagem do romance, cujo foco narrativo oscila constantemente. Partindo das cenas de agressão contra a personagem “ela”, retomadas e detalhadas repetidamente ao longo da obra, agressão esta que tem sua expressão máxima no homicídio levado a cabo na sala de tortura, e por meio da observação de paralelos entre a ficção e textos documentais, investigaremos a hipótese de que a violência empreendida pelos militares contra os opositores possuía especificidades quando voltada contra mulheres, o que permite que tal violação seja compreendida não apenas como violência de Estado, mas também como violência de gênero. Serão estabelecidos, para tal, diálogos com os textos “Violência sem paixão?”, de Isabelle Delpla, “A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina”, de Mariana Joffily, e “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura”, de Maria Amélia de Almeida Teles. Dentre os textos documentais, serão fundamentais testemunhos registrados no dossiê *Brasil: nunca mais*, organizado por Paulo Evaristo Arns.

### **Palavras-chave**

literatura e violência; ditadura militar; violência de gênero; Renato Tapajós

---

43 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (CAPES). E-mail: leandra.postay@hotmail.com.

*Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, foi publicado em 1977, durante a ditadura militar brasileira, contexto que se faz presente também na ficção e que tem como desdobramento um dos episódios centrais para a narrativa: o assassinato de “ela”, companheira de guerrilha e amorosa de “ele”, narrador-personagem da obra. A moça é capturada pelos militares, após uma perseguição, e morta durante uma sessão de tortura. Este trabalho se propõe a analisar a violência empreendida pelos militares na obra, em paralelo com a observação da repressão no cenário brasileiro factual, verificando de que modo a violência de Estado se manifesta como violência de gênero.

É central, para a presente hipótese de leitura, a compreensão do Estado como um agente de violência articulado à realidade social de dominação masculina. Florestan Fernandes afirma que a política nacional brasileira se constituiu como um processo conectado às práticas patriarcais (2008, p. 99). Por meio da retomada de tal concepção e de sua aproximação à matéria narrativa de Tapajós, é possível pensar na atuação do governo militar como baseada em características que fundamentam a família patriarcal brasileira e, por uma conjuntura histórica de imbricação entre o público e o privado e de dificuldade de superação de estruturas coloniais, o Estado, que tem no presidente sua figura máxima. A situação de aproximação entre o presidente e o patriarca encontra-se personificada de maneira bastante explícita na figura de Getúlio Vargas, “[...] um líder paternal que se voltava direta e emocionalmente para ‘seu’ povo” (1998, p. 524-526). Depois dele, a mística presidencial, da figura que é ao mesmo tempo líder e pai, se cristaliza no imaginário político do país. Na ditadura, a imagem pública da liderança máxima brasileira é a do pai temido. O governo antidemocrático “praticamente identificou a figura do presidente a uma patente general” (p. 551). A face paterna revelada então foi a do *dominus*, cujo exercício do poder se dá de maneira ilimitada e frequentemente tirânica. É sob tal tutela que se passa a história de *Em câmara lenta*.

de covardia daqueles que abandonaram o país para que não acabassem vitimados; transcrevendo o momento de captura da mulher, por ele presenciado, reiteradamente e progressivamente, acrescentando a cada repetição da cena novos detalhes; determinando-se a descobrir tanto quanto possível os detalhes do assassinato que lhe permaneciam desconhecidos. Em um dos momentos narrativos, lemos:

Cercaram-na e caíram sobre ela acertando socos em seu rosto, pontapés em suas costas, tentando segurá-la. Ela se debateu com violência, mas uma forte coronhada em sua nuca a fez tontear. Um policial segurou-a firmemente enquanto outro fechava as algemas em seus pulsos delicados. Puxaram-na pelas algemas: ela caiu ao chão e foi arrastada, rasgando a roupa e a pele macia de encontro às pedras do terreno (TAPAJÓS, 1977, p. 89).

Desde o princípio do contato da jovem com os militares, fica clara a natureza do tratamento conferido àqueles que buscavam dismantelar o regime. O trecho acima se passa nas ruas, ou seja, as ações descritas poderiam ser presenciadas por outras pessoas, o que não constrange ou intimida os perseguidores, que adotam uma postura de agressão desmedida: o excesso está presente no fato de serem ao menos dois policiais (“cercaram-na e caíram”; “Um policial... enquanto outro...”; “puxaram-na”) contra uma única pessoa em fuga; no ataque ao corpo que acompanha sua imobilização (“acertando socos em seu rosto, pontapés em suas costas, tentando segurá-la”); no uso auxiliar de um aparato de violência contra o corpo que tem como único recurso de defesa o “debater-se” (“forte coronhada em sua nuca”) e na oposição entre as algemas e os “pulsos delicados”; na continuidade do emprego da violência ao corpo já dominado (“ela caiu ao chão e foi arrastada”); no contraste trágico e quase irônico entre a afirmação de que “Ela se debateu com violência” e a descrição de toda a violência empregada ao corpo que se debatia.

Se o comportamento público dos militares em represália à resistência escancarava tamanha violência, o que não esperar das práticas reservadas às salas de tortura? Esta, apesar de velada, não apenas era empreendida sistematicamente com amplo conhecimento das autoridades, como também ensinada, como componente curricular, na Polícia do Exército (ARNS, 1985, p. 31). Ademais, torturadores passaram a ser premiados por seus serviços com a Medalha do Pacificador, uma condecoração oficial (GASPARI, 2011, p. 22). A tortura, portanto, não era um “último

recurso” ou uma ferramenta utilizada de maneira fortuita por agentes militares isolados e particularmente cruéis, ela se constituiu como estratégia de Estado regular e difundida, forma de violência que poderia ser aplicada a qualquer um suspeito de subverter os ditames governamentais. Foi esse o destino trágico de “ela”:

Ela foi torturada. Isso já era de se esperar. Mas não. [...] O que fizeram com ela? [...] Saber como foi transforma a ausência numa sequência de gritos, de dor, de dilaceramentos. O corpo conhecido – mutilado. Mutilada a pele que os dedos sentiram, mutiladas as pernas, os braços, o ventre: a dor se multiplica e é intolerável, porque conhecida (p. 83).

Quando diz que “Isso já era de se esperar”, o narrador aponta para a realidade cotidiana da tortura, que atinge “ela” como atinge tantos outros. A recorrência, no entanto, não banaliza a gravidade da prática: a dor, ainda que esperada, ainda que conhecida, não se atenua, mas “se multiplica e é intolerável”. Nesse trecho, a narrativa se posiciona contra a naturalização da violência de Estado. A respeito do tratamento conferido aos perseguidos no plano empírico, o projeto *Brasil: nunca mais* (1985) afirma:

O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras (ARNS, p. 46).

A concepção de que o sistema não fez distinção entre homens e mulheres se refere ao fato de que tanto homens quanto mulheres eram perseguidos, presos, torturados, mortos. “Ela” foi agredida e morta como muitos de seus companheiros, mulheres e homens, não por ser mulher, mas por desafiar a ordem política imposta. No entanto, se mulheres, diferente de homens, podiam estar grávidas; se, quando estavam, muitas vezes sofriam aborto durante as sessões de tortura; se, sendo os torturadores majoritariamente do sexo masculino, mulheres eram frequentemente assediadas e estupradas, então havia, sim, distinção entre homens e mulheres.

Mariana Joffily propõe que, no que concerne à ausência de distinção de gêneros por parte da repressão, pode ser verificada uma espécie de “virilização” das militantes levadas à tortura, o que se evidenciaria sobretudo pela submissão de mulheres grávidas à violência. Segundo esse raciocínio, a maternidade é sagrada para a concepção tradicional de família e de papéis de gênero, concepção esta corroborada pelo governo militar, e a presença das gestantes nos porões do regime seria possível graças à sua “virilização”, ou seja, as mulheres dispostas a resistir à ditadura seriam

encaradas e tratadas tal qual os homens, pois seria mais fácil bater em um homem do que em uma “mãe” (2009, p. 83-84). Acreditamos, contudo, ser importante destacar que essa contradição não foi uma característica específica da ditadura militar, ela é inerente à cultura patriarcal. Afinal, os elevados índices de violência contra a mulher no Brasil não se referem a situações de exceção em que mulheres portam armas. A imagem estereotipada da mulher, na sociedade de dominação masculina, como ser frágil, que demandaria proteção, muito mais do que lhe garantir cuidado e afeto, afirma um lugar de vulnerabilidade, a partir do qual esta poderia sem resistência sucumbir sob o peso da mão viril.

É preciso, nessa perspectiva, considerar a natureza intrinsecamente masculina da Polícia Militar: “Símbolo da diferença hierárquica entre os sexos, o militar/militarismo se traduz como um espaço eminentemente masculino, baseando-se na capacidade para a guerra, para a ação, para a violência – atribuições constituintes da virilidade e conseqüentemente vedadas às mulheres” (MOREIRA; WOLFF, 2009, p. 56). No Brasil, até 1955 não havia a integração de mulheres à polícia, o que mudou pioneiramente no estado de São Paulo com a criação do Corpo de Policiamento Feminino. Mesmo na unidade federativa precursora, entretanto, a abertura se deu no sentido de marcar uma diferença entre o masculino e o feminino: a intenção com a incorporação de mulheres às tropas era construir, para a sociedade, a imagem de uma polícia “mais preventiva e menos repressiva” (p. 59), por meio da publicidade da prática das atribuições da polícia feminina, dentre as quais estavam assistir os órfãos e os idosos.

Na obra de Tapajós, a personagem Marta, também pertencente ao grupo do narrador, diz, sobre a morte de Sérgio, outro militante: “Não adianta pensar num inimigo impessoal: o inimigo tem rosto, o rosto de cada um daqueles que o mataram” (TAPAJÓS, 1977, p. 79). Desse modo, entende-se que não são as mãos invisíveis do Estado que matam, mas mãos providas de um rosto, e que este é um rosto de homem. Se é o Estado que leva esses rostos a matarem e legitima sua ação, então o Estado tem rosto de homem. A possibilidade de identificação do militarismo como instituição masculina, então, leva à identificação do Estado ditatorial como masculino e, como tal, potencialmente propagador da violência de gênero, aspecto que, na obra, será mais profundamente analisado pelo presente trabalho.

## Referências bibliográficas

ARNS, Paulo Evaristo (org.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: 1985.

DELPLA, Isabelle. Violência sem paixão? Tradução: Paulo Neves. In: NOVAES, Adauto (org.). *Fontes passionais da violência*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 299-322.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-558.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. *Espaço Plural*, vol. X, num. 21, julho-dezembro, 2009. p. 78-88. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, Brasil.

\_\_\_\_\_. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

MOREIRA, Rosemeri; WOLFF, Cristina Scheibe. A ditadura militar e a face maternal da repressão. *Espaço Plural*, vol. X, núm. 21, julho-dezembro, 2009. p. 56-65. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, Brasil.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres n ditadura. *Revista Estudos Feministas*, vol. 23, núm. 3, setembro-dezembro, 2015. p. 1001-1022. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil.